

OK



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Epitácio Pessoa"
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2023.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho, foi realizada a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou a Deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra à Secretária, que procedeu à leitura do edital do ato de convocação, publicado no dia 5 de outubro do corrente ano, e à leitura da Ata declaratória da 22ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 3 de outubro de 2023 e à Ata da 1ª reunião extraordinária da CCRJ, realizada no dia 3 de outubro de 2023. Depois, o Presidente as colocou em discussão e votação, ocasião em que elas foram aprovadas sem restrições, sem discussão e por unanimidade. Estiveram presentes à Sessão, além do Presidente e o da Secretária, os Deputados Felipe Leitão, Chico Mendes João Gonçalves. Após tais procedimentos, os membros da Comissão analisaram os seguintes itens: Item A – MATÉRIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012 (REGIMENTO INTERNO). Na Ocasão, para fins



de registro em Ata, a Secretária leu as seguintes matérias prejudicadas: PLO nº. 905/2023 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Institui o Observatório da Educação do Campo no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 887/2023; 907/2023 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre o atendimento prioritário dos corretores de imóveis devidamente inscritos no respectivo Conselho Profissional em Cartórios de Notas e Registros de Imóveis, bem como repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo PL nº 126/2023; 909/2023 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Assegura às mulheres o direito a acompanhante durante as consultas médicas, exames e demais procedimentos clínicos nos estabelecimentos de saúde públicos e privados do estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 482/2023 e Lei 12.460/2022; 910/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Cria a Campanha de Capacitação dos Profissionais Acompanhantes dos Alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento e dá outras providências; 912/2023 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte e outras Providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 586/2023 914/2023 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui o Programa de Proteção à Mulher Gestante das Forças de Segurança Pública do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo PL nº 479/2023; 916/2023 - DO DEPUTADO GILBERTINHO - Concede as doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo ou emprego na administração Pública do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 8.483/2008; 918/2023 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Dispõe sobre a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no âmbito do estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo PL nº 684/2023; 920/2023 - DO DEPUTADO TIAO GOMES - Dispõe sobre obrigatoriedade da criação de espaços reservados e adaptados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, em estádios e arenas esportivas no território do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo PL nº 663/2023; 929/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Dispõe sobre medidas de



conscientização a respeito da importância de doação de órgãos e tecidos para transplante nas escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelas Leis nº 10.526/2015 e 8.859/2009; 938/2023 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Institui o Plano Estadual de Combate ao Suicídio no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelas Leis nº 11.437/2019 e 11.442/2019 942/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte no Estado da Paraíba, e dá outras Providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 586/2023; 957/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui mecanismo para coibir a violência contra a mulher no Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 649/2023; 958/2023 - DO DEPUTADO FABIO RAMALHO - Determina que as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado da Paraíba, forneçam diploma em braille para os alunos com deficiência visual. Matéria prejudicada pela Lei nº 11.421/2019; 961/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas, postos de saúde e congêneres, tanto públicos quanto privados, localizados no Estado da Paraíba, a disponibilizarem uma funcionária do sexo feminino, bem como permitirem um acompanhante, indicado pela paciente, para acompanhar integralmente todo e qualquer exame ou procedimento médico que possa resultar na inconsciência total ou parcial da paciente mulher, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo PL nº 891/2023; 969/2023 - DO DEPUTADO GILBERTINHO - Dispõe sobre a permanência do profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI's), adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências. Matéria prejudicada pelas Leis nº 2.956/2011 e 1.376/202; 972/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre diretrizes dos direitos das mulheres trabalhadoras do setor primário no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo PL nº 824/2023; 980/2023 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIM - Projeto Lei que dispõe sobre a determinação que os agressores que cometerem o crime de abuso e mastratos contra animais arquem com as despesas do tratamento do animal agredido e participem de medidas de conscientização. Matéria prejudicada pelo PL nº 2202/2020; 984/2023 - DO



DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui a Política Estadual de Prevenção à Violência contra os Educadores do Magistério Público do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 9.116/2010; 998/2023 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dispõe sobre o incentivo à prática de esportes para as pessoas com deficiência, nas escolas da rede pública do estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 7.381/2003; Item B - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N°s: PEC nº 5/2023 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS. Na ocasião, houve pedido de vista concedido à Deputada Camila Toscano; PEC nº. 6/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE. A Relatoria foi do Deputado WILSON FILHO, que proferiu Parecer pela inadmissibilidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por maioria, com voto divergente da Deputada Camila Toscano; PEC nº 8/2023 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO. A Relatoria foi do Deputado FELIPE LEITÃO, em substituição ao Deputado CHICO MENDES, que proferiu Parecer pela admissibilidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade. Item C- MEDIDA PROVISÓRIA. MP nº 327/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO. A Relatoria foi do Deputado WILSON FILHO, que proferiu Parecer pela admissibilidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade. Item D – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA. PLO nº. 1.120/2023 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA - Altera a redação do Anexo I de que trata o art. 1º da Lei nº 10.550, de 06 de novembro de 2015. A Relatoria da matéria foi do Deputado Chico Mendes, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 2898/2021 – DO DEP. WILSON FILHO - Dispõe sobre a divulgação do disque denúncia no Estado da Paraíba nos meios que especifica, e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 4190/2023 – DO DEP. WILSON FILHO – Estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos do Estado Paraíba a oferecerem a opção de pagamento antes da suspensão do serviço e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, em substituição ao



Deputado Chico Mendes, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 903/2023 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Incentiva a criação de incubadoras de empreendimentos solidários nos municípios do estado da Paraíba e autoriza a utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba - FUNCEP para esse fim. A Relatoria foi do Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 904/2023 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Cria o Programa de Capacitação dos Profissionais Acompanhantes dos Alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria, com emenda supressiva. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade, com a respectiva emenda; PLO nº. 908/2023 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Estado da Paraíba incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci – da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, em substituição ao Deputado Taciano Diniz, o qual proferiu Parecer pela Inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 911/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Estabelece regras de segurança para áreas de lazer e equipamentos destinados ao público infantil, no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria foi da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 913/2023 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui o Programa “Elas no trânsito”, destinado à promoção e fortalecimento de motoristas e usuárias mulheres do Serviço de Transporte Remunerado Individual de Passageiros, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e



Juridicidade da matéria, com emenda supressiva. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade, com a respectiva emenda; PLO n.º. 917/2023 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Dispõe medidas de proteção ao consumidor pelo pagamento de produto ou serviço em duplicidade. A Relatoria foi do Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO n.º. 919/2023. Pedido de vistas concedido ao Deputado João Gonçalves; PLO n.º. 922/2023 - DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO - Classifica o município de Alagoa Grande como a “Capital Paraibana do Ritmo e do Forró”, e dá outras providências. A Relatoria foi da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO n.º. 923/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a inclusão de informações sobre a promoção da paz nas escolas e a prevenção da violência nos cadernos e livros didáticos distribuídos nas escolas estaduais do Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO n.º. 924/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Campanha Estadual de Combate ao Assédio e à Violência Sexual praticados contra crianças e adolescentes nos locais de prática desportiva e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO n.º. 925/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Altera a Lei no 9.336, de 31 de janeiro de 2011, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO n.º. 926/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Estabelece prazos de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Estadual, direta e



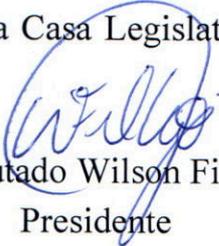
indireta, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por maioria, com abstenção do Deputado João Gonçalves; PLO n.º. 927/2023 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB) do Estado da Paraíba, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. A Relatoria foi do Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO n.º. 928/2023 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dispõe sobre o prazo para religação do fornecimento de energia elétrica e de água no Estado da Paraíba e a obrigatoriedade de informação ao consumidor por meio eletrônico. A Relatoria foi da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, ao argumento de que se tratava de matéria de direito do consumidor, portanto, de competência legislativa comum à União e aos Estados. Em discussão o Parecer, abriram divergência de votos os Deputados Chico Mendes, João Gonçalves e Wilson Filho, ocasião em que discordaram do Parecer da relatoria. Em votação, a Deputada Camila Toscano foi voto vencido, e o Parecer pela constitucionalidade ao projeto foi derrubado, prevalecendo o Parecer da Comissão pela inconstitucionalidade. PLO n.º. 930/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Campanha Estadual de Valorização às Mães com Filhos Raros no Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, em substituição ao Deputado Taciano Diniz, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO n.º. 934/2023 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Concede isenção de pagamento de taxas de serviços cobrados pelo Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba, incidentes no ato da renovação, adição ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, dos Policiais Civis, Militares, Bombeiros Militares, Policiais Penais e Agentes Socioeducativos. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, o qual proferiu Parecer



pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 935/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Cria a Campanha Estadual de Apoio à Mulher Mastectomizada, no âmbito da rede pública estadual de saúde do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 936/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado da Paraíba, da Política de Acolhimento e Capacitação para Pais ou Responsáveis de Pessoas Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Chico Mendes, em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO n.º. 937/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Política de Cidadania nas Escolas no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Chico Mendes, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO n.º. 941/2023 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Chico Mendes, o qual proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade; PLO nº. 943/2023 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre desconto de 25% no valor do IPVA às motocicletas que portarem equipamento de microcâmeras registradas no CRLV (Certificado De Registro E Licenciamento de Veículo), na forma que menciona. . A Relatoria da matéria foi do Deputado Felipe Leitão, em substituição ao Deputado Eduardo Carneiro, o qual proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. O Parecer foi aprovado sem discussão e por unanimidade. Após isso, foram incluídas as seguintes matérias: Decreto Legislativo nº. 06 – DA MESA DIRETORA. A Relatoria foi da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela



constitucionalidade e juridicidade da matéria; não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade; PLO n°s 978/2023 – DO DEPUTADO FELIPE LEITÃO e 1.135/2023 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO. Na oportunidade, ambos os projetos tiveram a relatoria da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade das matérias; não houve quem quisesse discutir e os Pareceres foram aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Sessão. Lavrando-se a presente Ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 10 de outubro de 2023.


Deputado Wilson Filho
Presidente